

## **POVO PAITER E AS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS: Uma parceria na luta pela defesa e garantia dos direitos indígenas no território Sete de Setembro.**

Gasodá Suruí<sup>1</sup>  
Adnilson de Almeida Silva,<sup>2,3</sup>

### **Resumo**

Diversas sociedades Indígenas têm procurado caminhos onde a implementação do etnodesenvolvimento, muitas vezes é espelhando em processos regionais de curto prazo, meramente econômicos, onde a questão etnotecnológica e o uso dos recursos naturais são desvinculados de preocupações com o impacto ambiental por ele gerado. Os Paiter Suruí e uma desses muitos povos indígenas no Brasil que apostaram na força tecnológica para manutenção e preservação cultural e territorial do seu povo. O objetivo de este trabalho é fazer pesquisa para mostrar a realidade vivida pelo Povo Paiter Suruí pela luta do dia a dia em busca de garantia e conquistas pelos seus direitos voltados aos seus territórios e cultura tradicionais indígenas do povo Paiter Suruí. Mas para isso os conhecimentos e a qualificação dos usos das ferramentas tecnológicas pelos Paiter Suruí foram e continua sendo importantes meios e estratégias transcultural-territorial para o fortalecimento cultural-identitário e enfrentamento dos discursos pós-colonial.

**Palavras-chave:** Tecnologia – Paiter – Território

### **Considerações introdutórias**

Alguns povos originários no Brasil têm experimentado um grande processo de transformação para o mundo tecnológico. Contudo, historicamente, essa busca, foram movidos a um caminho de dependência expressiva por tecnologias e bens manufaturados, externos ao seu universo. Vários desses povos têm procurado caminhos onde a implementação do etnodesenvolvimento, muitas vezes é espelhado em processos regionais de

---

<sup>1</sup> Indígena do povo Paiter Suruí de Rondônia. Graduado em Turismo pelo Centro Universitário São Lucas de Porto Velho. Discente do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia (Mestrando) da Universidade Federal de Rondônia – PPGG/UNIR. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Modos de Vida e Culturas Amazônicas - GEPICULTURA/UNIR. E-mail: [gasodasurui@hotmail.com](mailto:gasodasurui@hotmail.com)

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Geografia, do PPGG/UNIR e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA/UNIR. Pesquisador do GEPICULTURA/UNIR e da Rede CASLA/CEPIAL. E-mail: [adnilson@unir.br](mailto:adnilson@unir.br).

<sup>3</sup> Apoio: Programa de Apoio à Pesquisa – Edital Chamada Universal FAPERO Nº. 003/2015, por meio do Projeto: Espaço, Cultura, Representações Amazônicas e Seus Marcadores Territoriais do Corredor Etnoambiental Tupi Mondé em Rondônia.

curto prazo, meramente econômicos, na qual a questão etnotecnológica e o uso dos recursos naturais são desvinculados de preocupações com o impacto ambiental por ele gerado.

Os Paiter Suruí ou *Paiterey* são um desses muitos povos indígenas no Brasil que apostaram na força tecnológica para manutenção e preservação cultural e territorial do seu povo, visto ser uma questão estratégica que implica ainda em sua sobrevivência física.

Na atualidade os *Paiterey* se tornaram referência como povo indígena no Brasil que mais fez e faz pesquisas e estudos no seu território, de modo que busca conciliar o etnoconhecimento tradicional com o conhecimento científico, o que tem propiciado, inclusive, o ingresso de alguns alunos na graduação, mestrado e doutorado nas diversas instituições de ensino superior em todo o país.

O objetivo do presente trabalho é o de demonstrar um pouco da realidade vivida pelos *Paiterey* em sua constante luta diária em busca de garantir e conquistar seus direitos voltados a seu território e cultura tradicional. Para tanto, os conhecimentos e a qualificação dos usos das ferramentas tecnológicas pelos Paiter Suruí foram e continuam sendo importantes meios e estratégias transcultural-territorial para o fortalecimento cultural-identitário e enfrentamento dos discursos pós-coloniais.

A metodologia do trabalho tem como base a vivência do primeiro autor que é indígena e do segundo autor que ao longo de vários trabalhos com temas relacionados a questões indígenas na Amazônia, particularmente em Rondônia, de forma que se insere dentro do arcabouço da pesquisa participante, com isso a análise – ainda que prévia - tem a preocupação de apresentar como característica *insider*, assim como os próprios resultados decorrentes do trabalho.

### **Discussão prévia acerca de desenvolvimento, sustentabilidade e economia verde**

Ao refletirmos sobre os conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade e economia verde não podemos deixar de nos remetemos imediatamente aos sustentáculos e princípios que formam o processo e sistema econômico, o qual durante sua trajetória se reinventa a cada crise, seja de caráter estrutural ou conjuntural.

Neste sentimento a ideia fundadora do sistema é o lucro e assim se percebe em seu corolário que a própria noção de desenvolvimento assenta-se numa “ética” que move e constrói o espírito do capitalismo (WEBER, 2004 [1905]). Essa ética se fundamenta em valores culturais, políticos, sociais e econômicos, cuja ideologia de mediação é proveniente do pensamento ocidental, logo com matizes judaico-cristãos.

Esta narrativa é aprofundada por Frederik Turner (1990 [1980]) que produz de maneira profunda uma obra clássica, a qual questiona os valores da sociedade ocidental frente à natureza. Na visão ocidental é preciso domar a natureza, a terra selvagem, a terra inóspita, a mata e implantar a civilização, ou seja, desenvolver ou promover o desenvolvimento a qualquer custo, ainda que isto signifique a extinção da natureza e por tabela a própria sociedade humana.

Em sua pertinente crítica, Turner se apoia na discussão de vários autores e faz um merecido destaque a Darcy Ribeiro sobre a influência ocidental, particularmente europeia, no papel de constituinte de várias porções terrestres, marcada pelo mercantilismo e consequentemente do capitalismo. Assim expõe que:

A história humana nesses últimos séculos tem sido principalmente a história da expansão da Europa ocidental que, formando o núcleo de um novo processo civilizatório, lançou-se sobre todos os povos em sucessivas ondas de violência, cupidez e opressão. Esse movimento convulsionou e reordenou o mundo inteiro de acordo com os planos europeus e em conformidade com interesses europeus. Cada povo, até mesmo cada ser humano, foi afetado e envolvido pelo sistema econômico ou pelos seus ideais de riqueza, poder, justiça e saúde (RIBEIRO, 1971 apud TURNER, 1990, p.165 [1980]).

Concordamos com tal enunciado e acrescentamos a essa constatação o papel exercido também pelos Estados Unidos da América, principalmente, que tem exercido influências nos últimos dois séculos até mais marcantes do que a própria Europa, sobretudo, no que se refere à utilização de recursos naturais em decorrência de sua voraz necessidade de exercer a função de líder global.

Do mesmo modo não podemos omitir que o processo de globalização tem aprofundado a apropriação desses recursos naturais, de modo que contribui para uma crise igualmente global, que implica no enriquecimento de poucos e na marginalização ou exclusão cada vez maior da população, inclusive de países considerados desenvolvidos e de economia fortemente estruturada.

Neste sentido, ao abordar sobre etnodesenvolvimento e a tolerância na relação intercultural, Ayala e Fehlauer (2005) não poupam críticas quanto ao caráter impositivo de

um posicionamento político-ideológico que com base no desenvolvimento escamoteia realidades, isto é, influenciam valores com ideários que se fundamentam no ponto de vista ocidental, ou seja, no sentido de reproduzir-se para atender às necessidades da sociedade abrangente.

Na avaliação desses autores, cria-se um discurso que campeia e perpassa-se em discursos genéricos, cujo atributo é o de atender as exigências do mercado consumidor, por meio de negociações políticas e em nome do ecologicamente correto. Percebe-se, nesse caso, que quando uma empresa negocia um contrato com uma população tradicional ou indígena ao pretexto de ajudá-lo em seu desenvolvimento, por trás de um apelo ecológico, há outras verdades que não são claras, como o lucro, o pagamento aviltante pela matéria-prima, dentre outros.

Na crítica de Ayala e Fehlauer, no nosso entender, os propósitos podem tornar-se desviantes, ou seja, ao contrário de contribuir para a autonomia de uma comunidade, isso poderá se constituir como um pesadelo em função de existirem questões que essas populações talvez não estejam familiarizadas ou que não possuem gestão adequada de governança. Logo, é um imenso desafio que enfrentam externamente por não conseguirem cumprir com o pactuado e internamente por não terem o respaldo político de seus membros, o que é entendido como desconfiança na condução dos negócios.

Eis aí um nó górdio que muitas populações tradicionais e indígenas se submetem a tais princípios da modernidade e que adentrarem não conseguem se desvencilhar de tais problemáticas, ainda que tais necessidades sejam mais relevantes para sua própria sobrevivência.

Os autores levantam o questionamento acerca do desenvolvimento, visto que para a maioria dos agentes financiadores ou apoiadores existe a tendência de negar a capacidade dos povos indígenas em se posicionarem mediante às contínuas mudanças que marcam de forma aprofundada suas qualidades de vida e suas perspectivas de futuro.

Por outro lado, compreendem que o etnodesenvolvimento, ainda que as restrições conceituais, não significa uma suposta inconveniência das populações indígenas ou tradicionais em participar do desenvolvimento – visto como processo de exclusão e de perda de liberdade política interna – pois é uma consequência justa e legítima como forma de luta para alcançar um melhor posicionamento de seus frentes frente ao Estado ao qual estão

inseridos, mas que encontram-se excluídos ou invisíveis. Mediante isso, é que se justificam suas lutas pela garantia da terra, da maior autonomia de gestão territorial, do fortalecimento social e cultural, ou seja, de sua própria libertação do subjuogo imposto ao longo de mais de cinco séculos.

Nesta perspectiva, aponta Floriani (2016, p.140) que na sustentabilidade “não há ocorrência de um discurso único, nem homogêneo, pois são organizações discursivas que têm origens diferentes e cenários semânticos e políticos igualmente diferenciados, seja no bloco de organizações e movimentos subalternos...”. O que o autor parece-nos transmitir é que existem racionalidades híbridas que se confrontam com o pensamento ocidental moderno, que essas populações constroem seus discursos e estratégias que possam dar – ainda que provisoriamente – algumas respostas ao pensamento hegemônico, o que muitas vezes resultam em acordos que à primeira vista aparentam ser descontextualizados ou conflitantes.

Por mais que os conceitos sobre desenvolvimento, sustentabilidade e economia verde não sejam consensuais e alvos das mais distintas críticas, são temas que de forma direta ou indireta, principalmente no caso da Amazônia, se consubstanciam como contra hegemônicas em relação as agroestratégias e barreiras para as frentes de expansão pioneira, conforme afirma Berno de Almeida (2011, p.28): “[...] as áreas protegidas ambientalmente como as terras indígenas [...] estariam dificultando, segundo os interesses ruralistas, a reestruturação formal do mercado de terras e a expansão dos agronegócios, deixando imensas extensões protegidas e fora dos circuitos mercantis de troca”. Decorre destas questões sua importância para a região, razão pela qual os povos tradicionais e indígenas se reinventam para manterem seus territórios e suas sobrevivências.

Complementarmente ao apresentado por Berno de Almeida, encontramos em Ruas (2007, p.146-147) que se apoia nos estudos de Arturo Escobar (1995) para discutir desenvolvimento, o qual “tem estado relacionado a uma economia de produção e desejo, mas, também, de fechamento, diferença e violência [...] cria o novo, destruindo o velho, e em que o declínio e a destruição são parte de um ciclo”.

Destarte, pode se inferir que o desenvolvimento comporta a economia verde, pois se apresenta como uma nova modalidade no sistema capitalista. Logo, do mesmo modo, também é alvo de uma série de críticas, visto que se insere na problemática das crises estruturais que compõem o capital, seja na dimensão econômica, política, social e ambiental.

Em seu corolário, apontam Fatheuer, Fuhr e Unmüßig (2016) que a maior contradição se focaliza na questão ambiental em diferentes escalas que incorpora mudanças climáticas, extinção maciça de espécies, contaminação genética e química do meio ambiente e dos seres humanos, desmatamento, destruição de solos, dos rios e das nascentes. Por outro lado, tem-se o papel das organizações populares rurais e urbanas, de países distintos, que compreende que a solução advém de uma densa alteração na lógica produtiva e de consumo, bem como das relações sociais e na reconstrução do metabolismo ser humano-natureza.

Dentre as críticas desnudadas por esses autores, tem-se que a questão ambiental, apresenta uma contradição de sua própria lógica no papel de reprodução, isto é, promove possibilidade de lucro e expansão, a qual as elites procuram renová-los, por meio da espoliação dos povos, da natureza, de forma que ampliam a centralização de riqueza e poder.

Na concepção de Fatheuer, Fuhr e Unmüßig (2016), a economia ou crescimento verde está restrita, principalmente, às empresas transnacionais de grande influência mundial, de forma que mantem as formas clássicas de exploração. Assim, está presente, como instrumentos o “carbono” e energias alternativas, em que se busca conciliar ecologia e economia, por exemplo.

Como poucas comunidades ou povos possuem acesso limitado a essas tecnologias, na visão desses autores, as ações da economia verde, como negócio, não impede a espoliação/apropriação dos recursos naturais do planeta Terra, ao contrário, amplia as desigualdades sociais, em razão de uma série de normativas das certificadoras de origem ambiental.

Para essas certificações são necessárias etapas com critérios rígidos, os quais demandam projetos técnicos, diagnósticos, planos de gestão, monitoramento, dentre outros itens que devem ser seguidos pelo público beneficiado (povos, comunidades, etc.), em que o não cumprimento de algum desses critérios pode inviabilizar o projeto e comprometer a(s) comunidade(s).

Além disso, há que se considerar que muitos dos contratos que são celebrados com as “empresas de capital verde” exigem certas exclusividades, o que se caracteriza como amarras jurídicas com pesadas sanções contratuais.

Os autores consideram ainda a economia verde em seu aspecto real se refira mais a questão de proteção ambiental, de maneira que se coloca como “reserva” de recursos naturais



para ações futuras, e dentro da política climática e ambiental, compreendem que a própria economia é quem deverá encontrar a solução para as crises ecológicas. Adiantam também que o temor em relação ao esgotamento dos recursos naturais e os limites físicos planetários evidenciam o colapso do modelo de crescimento econômico capitalista.

Com isso, se constata que as crises ambientais globais evidenciam as desigualdades sociais, pobreza, fugas e conflitos territoriais por água, terra e outros recursos disponíveis na natureza, como sistema parcial, em que a economia verde reconfigura a natureza e não a economia.

Na consideração de Fatheuer, Fuhr e Unmüßig (2016), a economia verde poderá promover ajustes na economia convencional, por meio de inovação ecológica, com o consumo menor de recursos, menor abuso em relação ao meio ambiente e disponibilidade de emprego melhores e mais promissores, enfim dentro da perspectiva ecológica mais radical, em que insira políticas de justiça social com melhor redistribuição de renda capazes de debelar a pobreza e a fome nos limites planetários, ainda pela adoção de processos democráticos e pela inserção social de povos e comunidades no mercado. Ou seja, uma quebra de paradigmas, que ultrapasse a dominação e permita a libertação da hegemonia da economia do atual modelo.

### **Quem são os *Paiterey* e/ou *Paiter Suruí***

Os protagonistas desta pesquisa são os *Paiter* que significa “gente de verdade ou nós mesmo”, também são conhecidos como “*Suruí*” de Rondônia, que habitam a Terra Indígena *Paiterey* Garah (TIPG) ou Sete de Setembro (TISS), uma área de 248 mil hectares, localizada nos municípios de Cacoal – Rondônia e Rondolândia/MT. Falantes da linguagem do tronco linguístico Tupi e da família Mondé.

Os *Paiter* se organizam em quatro clãs de linhagem patrilinear: *Gãmeb* (marimbondo preto), *Gãgbir* (marimbondo amarelo), *Kaban* (fruta mirindiba) e *Makor* (taboca). Hoje os *Paiterey* (plural da palavra *Paiter*) moram em 27 aldeias dispersas ao longo do território pertencente à TIPG, com uma população aproximada de 1400 pessoas, em conformidade com dados recentes coletados pela Associação Metareilá do Povo Indígena *Paiter Suruí*.

O contato oficial, em 1969, a aproximação com os não indígenas, gerou profundas mudanças sociais entre os Paiter Suruí. Estas, entretanto, não anularam sua índole guerreira, que motivou a luta desse povo pelo reconhecimento e a integridade de seu território.

Antes do contato, o território dos *Paiterey* era muito maior do que se encontra atualmente, no entanto, era marcado por conflitos com outros povos indígenas da região, assim sofreu ações de seringalistas e de garimpeiros.

Após o contato, ocorreram muitas baixas humanas no povo Paiter Suruí em função de uma série de doenças até desconhecidas e a qual não estava imune, principalmente aquelas relacionadas ao sistema respiratório.

Para além disso, o território passou a receber constantes ameaças, que foram potencializadas pela violência proveniente de projetos governamentais como os de colonização oficial pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, que pavimentou a BR-364 que incidia sobre o território original e com isso fomentou ainda mais o processo de colonização com graves consequências e resultados desastrosos para os indígenas (ALMEIDA SILVA, 2012).

Soma-se a isto, casos de corrupção e omissão de órgãos governamentais, a invasão indevida de moradores e a incidência de madeireiras, mineradoras e outros vários atores sociais que a todo custo tentam se apropriar dos recursos naturais e do próprio território, com a finalidade de obtenção de lucro fácil, ainda que isso comprometa não somente a sociobiodiversidade, mas, sobretudo, a vida da população indígena que habita a Terra Indígena *Paiterey Garah*.

Dentre uma série de ações predatórias contra o território que são rotineiras por meio de distintas formas de pressões, uma que merece atenção consistiu na contaminação de alguns rios, igarapés e cursos d'água que adentram e percorrem a TIPG e que aproximadamente quinze anos proporcionou o extermínio da fauna aquática, com inúmeras espécies de peixes, jacarés, quelônios, entre outros. Decorrido todo este tempo, ainda essas águas oferecem riscos, em virtude de não ser potável, não ter balneabilidade e, principalmente, pela não recomposição de espécies piscícolas, as quais constituem a base da dieta dos *Paiterey*, de modo que compromete a segurança alimentar e interfere em algumas práticas ritualísticas, visto que o peixe é algo que está inerente em rituais.



Ainda que com todas essas adversidades, os *Paiterey* lutam e promovem estratégias que procuram manter a vitalidade de seus valores tradicionais da cultura e da espiritualidade, de modo que o povo é compreendido a partir de seus clãs, isto é, sua organização social que consistem nas atividades produtivas e a vida ritual constituem expressões do dualismo entre a aldeia e a mata, a roça e a caça, o trabalho e a festa - que se culmina pela troca de oferendas e os mutirões a elas associados aos momentos de promoção do intercâmbio e da alternância clânica.

### **Desenvolvimento Sustentável e Carbono Paiter Suruí**

A relação entre desenvolvimento e povos indígenas se mostrou, ao longo da história, como contraditória, em virtude de conflitos fundiários e de grandes projetos que são implantados no interior ou próximo dos territórios originários.

No atual período histórico, no qual se percebe uma clara disputa pela posse da noção mais justa do desenvolvimento, os indígenas se destacam nesse campo de interesses como atores políticos em interação, como pode ser percebido nas manifestações contra empreendimentos de grandes obras de infraestrutura, bem como nas participações em Congressos e Encontros relacionados à essa temática, sobretudo, à sustentabilidade, como na Rio +20. Adiciona-se que as discussões promovidas na Rio +20 apresentaram fortes críticas às atividades capitalistas como promotoras de controle social e comunitário, o que implica na perda de recursos naturais, em tal aspecto, a economia verde representa-se e coloca como novos mecanismos perversos que atua como uma das ramificações do atual processo econômico que avançam sobre os povos originários e povos tradicionais.

A experiência dos *Paiterey* gera uma discussão controversa nesses debates, pois se destaca nesse cenário como atores políticos que interagem com diversas ONGs e por projetos de economia verde. Isto decorre da visibilidade política de sua liderança mais expressiva, seja pelo cargo político de vereador no interior do Mato Grosso, seja pelas atuais parcerias, de modo o que se percebe que os *Paiterey* se consolidam como agentes ativos no atual discurso do cenário de desenvolvimento em questão, e ainda pela inserção de demandas como a proteção da floresta e sua transformação em processos econômicos.

Neste sentido, unir a temática relativa a desenvolvimento a povos indígenas representou a busca da compreensão de processos que se relacionam com a necessidade de sobrevivência de determinada cultura, de forma que aponta para um jogo de poder, simétrico ou assimétrico, entre os indivíduos que se colocam na disputa não apenas dos recursos naturais, mas a posse do significado e do sentido da ideia de desenvolvimento.

A relação entre desenvolvimento e povos originários, ao longo da trajetória latino-americana de mais de cinco séculos, tem-se evidenciado contraditoriamente, em virtude da condição indígena ser considerada como indicador de atraso, o que representativamente na visão da sociedade abrangente, constitui-se em óbice para o processo de desenvolvimento cujos princípios dizem respeito à modernização e à modernidade, onde os territórios indígenas se estabelecem como cenário de conflitos fundiários e de grandes projetos. No atual período histórico, a temática do desenvolvimento se mostra imersa em um campo de forças em que se constata uma clara disputa pela posse da noção mais justa relativa à questão, no caso, a terra e os recursos naturais nela existentes.

A novidade é que neste campo, sobretudo do desenvolvimento em Rondônia, os indígenas, como os *Paiterey*, se destacam como atores políticos com destacada atuação e interação. As lideranças desse povo se colocam nesse cenário, de maneira visível, com ocupação de cargos políticos e públicos em órgãos e entidades de grande relevância, o que se caracteriza como uma ação racional fundada no objetivo de propor mudanças nos padrões designados até os dias atuais como norteadores do desenvolvimento.

Ao inclinar-se à perspectivada economia verde, os *Paiterey* querem provar a possibilidade de obter lucro com a preservação dos recursos naturais, de modo a contribuir para a instrumentalização do desenvolvimento em novas bases. Assim, não respondem no cenário amazônico e brasileiro no papel de vítimas ou de sujeitos coisificados no processo de desenvolvimento do seu entorno. Ultrapassaram há tempos essa retórica discursiva e criaram mecanismos de emancipação, que permite-os emergir como sujeitos da ação política, estabelecem relações de reconhecimento mútuo, desenvolvem em nível educativo com ações como o Projeto de Carbono Florestal, bem como produziram articulação política e empreendedora como forma de ensinar novas alternativas de atividades econômicas, as quais envolvem os recursos naturais

Tal percurso histórico vivenciado pelos Paiter Suruí, permitiu sua inserção no mundo capitalista e globalizado ao ponto de serem os primeiros indígenas do Brasil a fazerem o Plano de Diagnóstico e Gestão Etnoambiental do seu território e também comercializar créditos de carbono. Para entender esse fato é necessário conhecer como era a vida antes do contato oficial com a sociedade brasileira, como foi e que consequências o contato oficial produziu, e por último, a descrição de como atualmente se situam na sociedade abrangente.

O modo de vida dos *Paiterey* é marcado desde tempos imemoriais pela relação direta com a floresta. Portanto, são um povo da floresta que viveu em harmonia com o seu habitat, extraíam tudo aquilo que necessitavam para o seu dia a dia sem causar danos ao ecossistema. Eram responsáveis por mudanças muito reduzidas dentro da floresta, mediante a agricultura itinerante, com isso a floresta era capaz de autorregenerar-se de forma natural. Assim, a relação que tinham os Paiter Suruí com a floresta Amazônica antes do contato era de absoluto respeito e de inserção dentro da sua sociedade, até o ponto de considerarem-se parentes dos animais. A maioria dos aspectos da cultura material e imaterial desse povo originário estava claramente ligada à floresta.

Todavia, após o contato com os não indígenas, é que os *Paiterey* passaram a promover o desmatamento da a floresta com a finalidade de obter recursos econômicos que lhes permitissem comprar produtos nos supermercados e assim abandonaram muitas das práticas e métodos de vida ancestral. Com o “renascimento” cultural iniciado no século XXI, os *Paiterey* novamente entenderam que a floresta continuava como relevante para seu sustento, logo, ao valorizarem a natureza e “converteram-se” em lutadores ativistas do meio ambiente. Assim como outros povos originários, se inserem a cada dia na sociedade brasileira, no sistema capitalista e na globalização, entretanto, seus membros assumem o estandarte do ambientalismo, alguns com uma perspectiva capitalista e outros com a anticapitalista.

O contato com o não indígena aproximou cada vez mais o modo de vida dos *Paiterey* ao padrão capitalista, com o consumo de bens industrializados e a necessidade de serviços de saúde e de educação promovidos pela sociedade envolvente/abrangente. Como consequência, os Suruí passaram a praticar atividades comerciais que tiveram a extração de madeira como primeira fonte significativa e acessível de recursos. A esse respeito, praticaram a venda de madeira em seu território por cerca de 40 anos para adquirir bens e serviços, além de se beneficiar de cafezais herdados quando uma parte da Terra Indígena pertencia ainda ao

assentamento rural, mas, que hoje está incorporada a seu território. Cabe uma observação, pois uma grande parcela de seu território não foi recuperada e hoje forma grandes, médias e pequenas propriedades rurais particulares.

Constata-se ainda que na TIPG, a exploração madeireira provocou mudanças sociais profundas que geraram inclusive a formação de novas aldeias. A partir da primeira década do século XXI, com o início do esgotamento dos recursos madeireiros e a consolidação da maior parte das áreas de entorno pela pecuária e pelo café, os *Paiterey* passaram a investir em outras alternativas de uso da terra e de geração de renda. Neste contexto, o principal vetor para a contenção do desmatamento na Terra Indígena tem sido a mudança de estratégia adotada pelo povo.

Destarte, a proteção da floresta e portanto do habitat ancestral dos indígenas, representa uma luta local com afetações globais. Na dificultosa trilha da inserção no mundo dos Yara ou não indígena, foi plantada a semente do ambientalismo e das parcerias com entidades não governamentais e grandes empresas, por iniciativa do seu líder maior e sua equipe. A semente frutificou com o abono da economia verde e da solidariedade internacional com as causas indígenas e ambientais, no caminho para a inserção na globalização e o ambientalismo começaram a surgir resultados em forma de parcerias e projetos, como o Carbono Florestal Suruí - PCFS, cujos créditos foram adquiridos pela empresa de cosmética Natura e pela Federação Internacional de Futebol – FIFA (durante a Copa do Mundo realizada em 2014 no Brasil).

O PCFS tem como objetivo o desmatamento e suas respectivas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em uma área sob forte pressão de desmatamento dentro da TIPG. A região é localizada em um dos principais focos do chamado “Arco do Desmatamento” na Amazônia Legal brasileira, se caracteriza pela expansão de propriedades rurais consolidadas, que demandam novas áreas de floresta para atividades agrícolas.

Os recursos florestais têm diminuído em função da extração de larga escala, logo as florestas existentes na região se restringem predominantemente dentro das áreas protegidas, de modo que a atividade madeireira tem se direcionado para o norte de Rondônia desde o início da década de 2000. A tendência indica que os indígenas buscam alternativas para suprir o ingresso monetário antes garantido pela madeira, como a pecuária extensiva e a cafeicultura,

com isso incluem sistemas de arrendamento de terras e “meação” com proprietários rurais e pecuaristas do entorno.

O cenário futuro mais provável para a TIPG é marcado pela interação entre fatores externos e internos, em que acordos produtivos levariam à uma consequente aceleração na taxa de perda da cobertura florestal. O PCFS surge como uma iniciativa pioneira liderada pelos próprios *Paiterey*, com destaque às suas lideranças, na busca por mecanismos financeiros que garantam a implementação de uma estratégia de conservação florestal, melhoria da qualidade de vida de sua população, do resgate e fortalecimento de sua cultura tradicional.

A base do PCFS é garantir a geração de renda para os *Paiterey* através de alternativas que não estejam associadas ao desmatamento e esgotamento dos recursos naturais, e que ao mesmo tempo permita garantir a proteção do território e integridade do modo de vida do povo em seus aspectos de cultura, espiritualidade, sociabilidade e organização interna. A mudança recente no comportamento desse povo originário e das atividades econômicas desenvolvidas na TIPG está documentado no “Plano de Ação Participativo para o Desenvolvimento de uma Economia Racional e de Manejo Sustentável dos Recursos Naturais da Terra Indígena Sete de Setembro” ou “Plano dos 50 anos”, o qual definiu as principais atividades para promover uma melhoria substancial na qualidade de vida do povo indígena, além de diretrizes estratégicas para seu desenvolvimento, como Fortalecimento Institucional, Segurança Alimentar, Meio Ambiente e Proteção e Fiscalização de seu território.

### **Visão *Paiterey* sobre seu território e sobre o mundo**

Os estudos e pesquisas têm sido realizadas com apoio e parcerias com várias entidades filantrópicas, ambientalistas, órgãos governamentais, faculdades e universidades e resultaram na elaboração de vários planos relacionados à gestão e negócios do território Paiter Suruí. A ideia de estudar e pesquisar a Terra Indígena *Paiterey Garah* (autodenominação) ou Sete de Setembro (conhecida pela sociedade abrangente) partiu dos próprios indígenas que preocupado com a exploração ilegal dos recursos naturais que aconteciam e acontecem, tiveram que buscar apoio e parceria para impedir o avanço dessas ações predatórias, bem como o apoio para desenvolver alternativas viáveis e sustentáveis para o futuro do povo e do próprio território.

Tais estudos, pesquisas e diagnósticos que foram elaborados resultaram em relevantes ferramentas para auxiliarem na compreensão sobre o perigo do uso ilegal e as explorações clandestinas com uma visão de médio e longo prazo, assim como apontam para potencialidades do seu território que se for muito bem trabalhado de uma maneira mais organizada, planejada e participativa possibilitará assegurar a garantia dos direitos territorial, ambiental e cultural Paiter, de modo que poderá resultar na conquista da tão almejada autonomia indígena.

Os planos de gestão e dos negócios são muito úteis para os *Paiterey*, visto que ajudaram a pensar estrategicamente o coletivo, de forma a visar a melhoria de qualidade de vida para o povo e ao mesmo tempo garantir e preservar a potencialidade do território indígena para as futuras gerações.

Destarte, foram construídos vários projetos que demonstram ser viáveis para o povo, tais como: Redução de Emissões por Desmatamento - REED+; Plano de Ecoturismo Paiter Suruí; Plano de Negócio da Castanha Paiter; Plano de Negócio do Artesanato Paiter; a Criação do Fundo Paiter; Fortalecimento do Parlamento Paiter; Formação de Agentes Ambientais indígenas que atuam na proteção e vigilância do território com o estabelecimento de parceria e apoio do *Google Earth* no desenvolvimento do mapa cultural Paiter Suruí.

Todos os trabalhos que encontram-se em implementação são resultantes de pesquisas e da elaboração de Planos e do Etnozoneamento Paiter, os quais tem contribuído para o fortalecimento organizacional, social, cultural e econômico dos *Paiterey*, inclusive serve ainda para conscientizar e adaptar o enfrentamento do choque cultural decorrente do contato com a sociedade não indígena.

Desta forma, as transformações provenientes da incorporação das tecnologias, celulares, computadores, internet, e-mail, GPS, até mesmo de projetos e conceitos não-indígenas, como “economia verde”, “desenvolvimento sustentável”, ocorre o processo de transculturação ou hibridização identitária. No nosso entendimento, a identidade como um conjunto de práticas sociais vivenciadas entre os membros de um agrupamento humano, e quando há a inserção desse conjunto de tecnologias que se territorializam no meio dessas práticas sociais existentes, ao invés de enfraquecê-los, fortalece-os internamente para a luta, por isso consideramos que operacionaliza de forma dinâmica.



A esse respeito concordamos com Claval (2007, p.210) ao afirmar que “A cultura é um dado fundamental na compreensão dos lugares. Ela permite perceber os laços que os indivíduos tecem entre si, sobre a maneira como instituem a sociedade, como a organizam e como a identificam ao território no qual vivem ou com o qual sonham”.

Neste sentido, encontramos a explicação cultural sob o prisma filosófico dado por Morin (1997, p.45), o qual entende que a encontra-se fragmentada e dispersa como peças de um quebra-cabeça, a qual se fecha em ajustes herméticos, mas que se realiza articuladamente e reintegra o que estava desintegrado, ou seja, para o autor, a cultura é a policultura, isto é, consiste na somatória de inúmeras experiências e conhecimentos que o ser humano adquire ao longo de sua trajetória no Planeta. O autor ainda infere que

A cultura é a junção do que está separado [...] a cultura não é cumulativa, ela é auto organizadora, ela capta as informações principais, seleciona os problemas principais, dispõe de princípios de inteligibilidade capazes de desatar nós estratégicos[...] certamente, a cultura só pode ser lacunar e cheia de buracos, inacabada e mutante. Ela deve continuamente integrar o novo ao velho, o velho ao novo. (MORIN, 1997, p.46).

Em direção semelhante, mas pelo viés geográfico, Claval (2007, p.63) afirma que a cultura, nada mais é, do que

[...] a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram.

A partir desta assertiva, podemos perguntar: a cultura pode ser geografada ou se constituir como “marcador territorial”? Embora, a resposta possa parecer demasiadamente evidente, é necessário compreender que tanto a cultura quanto o espaço geográfico apresentam suas próprias dinamicidades, visto a existência de ações humanas que as qualificam, dão formas, sentidos representativos simbólicos e representatividades sociais que são inerentes a cada povo ou coletivo humano. O próprio conceito de cultura remete à relação que os seres humanos estabelecem com a terra, em razão de extrair dela seu sustento e por essa servir como como seu abrigo, seu lar, logo tal relação é também com a geografia, conforme sustenta Dardel (2011, p.48 [1952]):

[...] a ligação do homem com a terra recebeu, na atmosfera espaço-temporal do mundo mágico-mítico, um sentido essencialmente qualitativo. A geografia é mais do

que uma base ou elemento. Ela é um poder. Da terra vêm as forças que atacam ou protegem o homem, que determinam sua existência social e seu próprio comportamento, que se misturam com sua vida orgânica e psíquica, a tal ponto que é impossível separar o mundo exterior dos fatos propriamente humanos.

Ao concordamos com Dardel, consideramos que o ser humano qualifica seu espaço de ação por meio de representações e formas simbólicas e representatividades sociais, as quais integram os “marcadores territoriais” (ALMEIDA SILVA, 2010; 2015b) que devido suas qualidades e capacidades propiciam a construção da realidade.

Em tal perspectiva, concordamos com Carvalho Melo; Sousa (2015) e Carvalho Melo; Almeida Silva (2016) sobre o papel desempenhado pelas estratégias antropofágicas por meio de tecnologias utilizadas pelos *Paiterey*, as quais atuam para o fortalecimento da hibridização ou transculturalidade-sócio-ambiental-político-territorial e que dará cada vez mais autonomia e liberdade ao coletivo e, que não tem pretensão de ser modelo único aos demais povos indígenas, mas serve para reflexão e estratégia.

A pesquisa junto aos *Paiterey* foi necessária para compreendermos a relevância da capacitação e o os usos de equipamentos tecnológicos tem contribuído no processo de valorização e preservação da sua cultura e de seu território.

### **Considerações Finais não conclusivas**

Procuramos demonstrar ainda que de forma provisória como os *Paiterey* compreendem ou melhor apresentam sua visão de mundo a partir de conhecimentos provenientes do contato oficial há quase meio século e como tem buscado alternativas que os colocaram no centro de discussões relacionadas ao meio ambiente, e como colocam seus discursos sobre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e economia verde.

Sob tal ótica, os *Paiterey* têm apreendido os códigos da sociedade envolvente/abrangente, de forma que com isso almejam pela autonomia indígena. Para tanto, essas apreensões ocorrem com a apropriação tecnológica e de utilização de ferramentas que os credenciam a acompanhar e a monitorar a TIPG e seu uso, como forma de protegê-la, bem como assegurar e fortalecer seu modo de vida (cultural, espiritual, social, organizacional).

Essas apreensões de tecnologias consistem em estratégias antropofágicas, as quais tem proporcionado alguns resultados promissores que os colocam como pioneiros em muitas

ações e projetos em relação a outros povos originários do Brasil. É evidente que isso têm consequências que ao tempo que despertam inovação, também produzem conflitualidades internas e externas.

Destarte, ao pensarem sobre saúde, por exemplo, consideram que é possível conciliar a medicina convencional ocidentalizada com a medicina tradicional, vista que concebem-nas como importantes. O mesmo princípio se aplica à educação ao incentivarem seus jovens a realizar graduação, especialização e pós-graduação *strictu sensu* em várias áreas do conhecimento, pois pretendem implantar uma universidade indígena – aberta também a outros povos originários e sociedade envolvente/abrangente -, visto que consideram indispensável o intercâmbio de conhecimentos, seja tradicional ou científico.

Em relação a projetos econômicos relacionados direto ou indiretamente à economia verde, à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável, possuem um discurso estruturado que contempla os valores culturais e de seu conhecimento tradicional com aqueles valores que são resultantes do pós-contato, assim se pode dizer que ocorre um processo de apreensão híbrida. Todavia, esta apreensão não significa uma abdicção, por exemplo, da língua materna, tampouco de outros elementos e fenômenos representativos que estão impregnados nos *Paiterey*.

Destacamos que este é um pequeno e breve ensaio sobre como os *Paiterey* se relacionam com seu território, como constroem seus discursos e traçam estratégias que os focalizam como protagonistas dentro da sociedade abrangente, até mesmo em função de apresentar várias inovações que ainda sequer haviam sido pensadas pela sociedade externa, dentre elas, a implantação dos projetos: a) *Pamine* (Renascer da Floresta), que consiste em viveiro de produção de mudas utilizadas para reflorestamento da TIPG e dos moradores de seu entorno; b). Centro de Plantas Medicinais *Olawatawa* (Nossa fonte de saúde); c) Centro Cultural Indígena *Paiter Wagôh Pakob* (Força da Floresta), dentre outras ações que os caracterizam na vanguarda da luta em defesa do seu território ancestral e nele estabelecem suas estratégias de vida.

Por fim, utilizamos as palavras do próprio Gasodá Suruí, discente de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia: “ser índio é valorizar e preservar o seu território, a sua cultura, saúde, educação e conhecimentos tradicionais de seu povo para garantir a qualidade de vida das suas futuras gerações [...] ser índio é sentir que todos nós

somos iguais e capazes de ensinar, aprender, plantar, colher, produzir, gerar e usar como um todo. Sem deixar de ser quem somos”.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. **Territorialidades, identidades e marcadores territoriais Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2015a. v. 1. 308p.

\_\_\_\_\_. **Entre a floresta e o concreto: os impactos socioculturais no povo indígena Jupaú em Rondônia**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2015b. v. 1. 244p.

\_\_\_\_\_. **Impactos socioculturais em populações indígenas de Rondônia: Estudo da Nação Jupaú**. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: PPGG/NCT/UNIR, 2008. 305p.

\_\_\_\_\_. **Territorialidades e identidade dos coletivos Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: “Orevaki Are” (reencontro) dos “marcadores territoriais”**. Tese de Doutorado. Curitiba: SCT/DG/PPMDG/UFPR, 2010. 301 p.

\_\_\_\_\_. A questão indígena em Rondônia e os projetos de desenvolvimento na Amazônia Ocidental. **Ciência Geográfica**, v. XVI, p. 8-14, 2012. Bauru: AGB, 2012. Disponível em [http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVI\\_1/agb\\_xvi1\\_versao\\_internet/AGB\\_a\\_br2012\\_02.pdf](http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVI_1/agb_xvi1_versao_internet/AGB_a_br2012_02.pdf). Acessado em 26 set 2017.

\_\_\_\_\_. Representações indígenas: territorialidades e identidade uma aproximação teórica. **Ra'ega** (UFPR), v. 23, p. 238-262, 2011. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/view/24839/16647>. Acessado em 03 set 2017.

\_\_\_\_\_. GIL FILHO, S.F. & SILVA, J.C. A territorialidade como construção do modo de vida e da identidade do povo indígena Jupaú. In: **Anais do III SIMPGEO**. Ponta Grossa: UEPG, 2008. V. 1. p. 34-45.

AYALA, Caroline; FEHLAUER, Tércio. Considerações críticas sobre o conceito etnodesenvolvimento: para pensar a condescendência na relação intercultural. **Tellus**, ano 5, n. 8/9, p. 37-51, abr./out. 2005. Campo Grande, 2005. Disponível em <http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/94/101>. Acessado em 02 set 2017.

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Orgs.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: EdUNB, 2011. p. 27-44.

CARVALHO MELO, Kelli Carvalho; SOUSA, Rubia Elza Martins. Antropofagia pós-moderna – os Paiter Suruí e as tecnologias do século XXI. **Anais do XI ENANPEGE**. A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. Porto Alegre: ANPEGE/UFRGS, 2015. p.6035-6046. Disponível em <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/21/572.pdf>. Acessado em 10 set 2017.

CARVALHO MELO, Kelli; ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Os Paiterey e a tecnologia: antropofagia pós-moderna. **Revista Percurso – NEMO**, v. 8, n.1, p. 149- 166, 2016. Maringá, 2016. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/31215/16870>. Acessado em 10 set 2017.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: EdUFSC, 2007.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011 [1952].

FATHEUER, Thomas; FUHR, Lili; UNMÜßIG Barbara. **Crítica à economia verde**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

FLORIANI, Dimas. As retóricas da sustentabilidade na América Latina: conflitos semânticos e políticos no contexto de “modernidades múltiplas”. *In: \_\_\_\_\_*; HEVIA, Antônio Elizalde. **América Latina: sociedade e meio ambiente – teorias, retóricas e conflitos em desenvolvimento**. Curitiba: EdUFPR, 2016. p.139-172.

MORIN, Edgar. **Meus Demônios**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

RUAS, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. *In: \_\_\_\_\_*. (Org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da geografia**. Rio de Janeiro: EdPUC, 2007. p.143-193.

SURUÍ, Chicoepab. *et al.* O protagonismo Paiter Suruí no cenário educacional indígena: elementos para um diálogo possível de interculturalidade. **Polis [En línea]**, 38, 2014, p.1-20. Santiago, 2014. Disponível em <http://polis.revues.org/10117>. Acessado em 10 set 2017.

TURNER, Frederik W. **O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens**. Rio de Janeiro: Campus, 1990 [1980].

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1905].